

Entre escolaridade e apoio empresarial: representações do acesso ao mercado de trabalho dos jovens portugueses. O presente artigo analisa o impacto dos fatores socioeconómicos nas perceções dos jovens portugueses sobre o acesso ao mercado de trabalho, com vista a melhorar as políticas públicas. Utilizando três modelos estatísticos, demonstra-se que a escolaridade e o apoio e enquadramento das empresas surgem como fatores cruciais, sendo que os jovens com menores níveis de escolaridade percebem maior apoio das empresas. Deste modo, conclui-se que as políticas devem centrar-se na diminuição dos obstáculos estruturais no acesso ao mercado de trabalho. Políticas públicas eficazes devem oferecer apoio contínuo para garantir uma integração equitativa dos jovens portugueses no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: acesso ao mercado de trabalho; jovens; integração social; opinião pública.

Between education and business support: perceptions of young Portuguese people's access to the labor market. This article analyses the impact of socio-economic factors on young Portuguese people's perceptions of access to the labour market, with a view to improving public policies. Using three statistical models, it shows that schooling and the support and framework of companies emerge as crucial factors, with young people with lower levels of schooling perceiving greater support from companies. The conclusion is that policies should focus on reducing structural obstacles to accessing the labour market. Effective public policies must offer continuous support to guarantee the equitable integration of young Portuguese into the labour market.

KEYWORDS: access to the labour market; young people; social integration; public opinion.

JOÃO CARLOS SOUSA

ANA SOFIA RIBEIRO

ISABEL ROQUE

Entre escolaridade e apoio empresarial: representações do acesso ao mercado de trabalho dos jovens portugueses

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho para os jovens é uma componente crucial para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade económica global. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Gammarano, 2019), as disparidades em relação ao emprego, à escolaridade, mas também em termos de género e de assimetrias regionais, constituem-se como dimensões fundamentais na compreensão da condição de vulnerabilidade em que os jovens vivem. Em 2018, aproximadamente 1/5 dos jovens no mundo encontravam-se fora do mercado de trabalho, não frequentando qualquer programa de ensino ou formação profissional (NEET). Este facto implica que uma proporção muito relevante dos jovens esteja sob o risco de exclusão económica e social. O modo como os jovens e as suas famílias gerem esta disfuncionalidade passa por prolongar o trajeto escolar (Hulme e Hulme, 2005; Furlong, 2006), mas também pela possibilidade da frequência de programas de formação profissional, numa tentativa de tentar contornar a inexistência de oportunidades de emprego adequadas e que correspondam às suas expectativas.

Em Portugal, os *media* demonstram pouco interesse pelo desemprego jovem (Reis e Sousa, 2017), que recebe uma cobertura e atenção aquém da dimensão do problema. Esta invisibilidade mediática resulta numa compreensão limitada do problema por parte da sociedade e dificulta a formulação de políticas eficazes para abordar tanto as causas como as consequências do desemprego juvenil. A investigação salienta a necessidade de uma cobertura

mais detalhada, frequente e representativa que inclua as vozes dos jovens afetados e ofereça uma análise aprofundada das questões envolvidas, afastando-se do modelo de fontes oficiais dominante (Therborn, 2006; Morais e Sousa, 2013). A invisibilidade mediática pode ser entendida como invisibilidade social e, nessa medida, estaremos perante um problema que carece de maior atenção por parte da sociedade e dos seus decisores políticos.

A integração social é um dos clássicos desígnios conceptuais do pensamento sociológico (Durkheim, 1984). Em consequência, no âmbito da abordagem funcionalista a integração social refere-se ao processo através do qual os jovens se tornam parte integrante da rede social e económica envolvente. Numa sociedade contemporânea em que o modelo capitalista impele os cidadãos ao consumo e a um certo modo de vida, o acesso ao mercado de trabalho possibilita o acesso à economia de consumo. A noção de “integração profissional” já não pode ser vista como um momento específico da vida (Ferreira, 2018). O processo tornou-se cada vez mais indeterminado e inseguro, criando formas complexas e incertas de transição para a vida adulta. A ideia de integração profissional converge cada vez mais com a de inclusão social, onde a obtenção de um emprego está intrinsecamente associada a mecanismos de proteção contra a exclusão social. Com efeito, a integração no mercado de trabalho tem implicações ramificadas em esferas tão distintas como a familiar, económica ou mesmo política.

A nível internacional, reconheceu-se a importância de enfrentar os desafios que os jovens têm no acesso ao mercado de trabalho. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável inclui a meta de reduzir substancialmente o número de jovens NEET até 2030. No entanto, de acordo com Gammarano (2019), os progressos têm sido limitados no que toca, por exemplo, à redução da precariedade. A situação destes jovens no mercado de trabalho varia significativamente entre as regiões. Em 2018, a proporção de jovens NEET era especialmente elevada nos Estados árabes (29%), seguidos pela Ásia e Pacífico (23%), África (22%), Américas (19%) e Europa e Ásia Central (14%) (Gammarano, 2019). Deste modo, considera-se que se está perante uma problemática que incide na falta de integração dos jovens no mercado de trabalho, e que é transversal aos diversos estádios de desenvolvimento económico, embora com intensidades relativamente diversas.

A problematização das desigualdades no acesso ao mercado de trabalho pelos jovens revela a complexidade e a interconexão de vários fatores que contribuem para essa situação. A superação dessas desigualdades exige uma abordagem integrada e multifacetada que considere as disparidades de género, as assimetrias regionais e as dinâmicas económicas e políticas. Políticas públicas inclusivas e adaptadas às realidades locais, juntamente com a participação

ativa dos jovens no processo de tomada de decisão (Barry, 2005; Oxenbridge e Evesson, 2012), são fundamentais para garantir que todos os jovens tenham um acesso equitativo a oportunidades de emprego decente e a desenvolvimento profissional.

De um prisma teórico, a presente investigação pretende contribuir para a identificação e a medição da relevância dos fatores que determinam as representações do acesso ao mercado de trabalho. Como tal, pretende-se uma compreensão mais aprofundada da forma como as práticas de enquadramento organizacional e empresarial e a escolaridade podem ser otimizadas para a promoção de uma transição mais equitativa e democrática para o mercado de trabalho. Como tal, colocam-se as seguintes questões: quais serão os fatores que determinam as perceções do acesso ao mercado de trabalho? Que categorias sociais têm representação de menor desigualdade no acesso ao mercado de trabalho?

O presente tema de investigação centra-se na compreensão do impacto dos diversos determinantes socioeconómicos que influenciam as representações dos jovens relativamente ao acesso ao mercado de trabalho. É uma questão relevante porque aborda a integração dos jovens no mercado de trabalho, um tema de grande importância social e económica. Por conseguinte, pretende-se que a investigação forneça informações relevantes sobre a forma de melhorar as políticas públicas que visam a integração dos jovens no mercado de trabalho e assim reduzir as desigualdades no seu acesso.

Para além da introdução, a segunda secção aborda a multidimensionalidade da integração dos jovens no mercado de trabalho; a terceira expõe a metodologia utilizada para a elaboração deste estudo; a quarta analisa as políticas públicas de integração e os impactos negativos da não-integração no mercado de trabalho; a secção seguinte trata da exposição da estratégia metodológica desenvolvida; de seguida, procede-se à exposição da evidência empírica produzida; finalmente, na secção final procede-se à discussão e à apresentação das principais conclusões.

A MULTIDIMENSIONALIDADE DA INTEGRAÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: DOS FATORES AOS IMPACTOS

Os jovens enfrentam um cenário de crescente precarização das relações laborais, caracterizado por contratos temporários, empregos a tempo parcial e estágios profissionais (Carmo et al., 2024). A instabilidade e a curta duração destes empregos tornam os jovens mais suscetíveis ao desemprego em períodos de recessão económica (Marques, 2020). Paralelamente a estas tendências,

os processos de recrutamento tornaram-se mais individualizados e subjetivos, com uma forte dependência das redes sociais e das competências transversais, aumentando o risco de discriminação em função do género, da idade e da escolaridade e até da origem geográfica.

Os jovens enfrentam uma taxa de desemprego três vezes superior comparativamente aos adultos. Em 2018, a taxa de desemprego entre os jovens era de 12%, enquanto a taxa dos adultos era de 4% (Gammarano, 2019). Estes dados devem ser entendidos como o reflexo das dificuldades significativas que os jovens enfrentam no acesso ao emprego em comparação com outros grupos etários. Nesta linha, a subutilização da força de trabalho jovem é um desafio crucial (Dhillon e Cassidy, 2018). Muitos jovens estão prontos para trabalhar ou trabalhar mais, mas não encontram oportunidades adequadas. Este facto afeta tantos países em desenvolvimento como economias ocidentais.

Walther (2006) defende que as transições juvenis na Europa são moldadas por uma complexa interação de fatores estruturais, simbólicos e individuais. Para apoiar melhor os jovens na transição para a vida adulta, é necessária uma abordagem que integre a diversidade de tipologias de estados e o modo como estes se organizam na proteção social dos jovens e as condições do mercado de trabalho. A promoção da escolha, flexibilidade e segurança pode ajudar a criar trajetórias mais satisfatórias e equitativas para os jovens europeus.

A integração dos jovens no mercado de trabalho é um tema de grande relevância social e económica, especialmente em contextos de rápidas transformações estruturais. O processo de integração dos jovens no mercado de trabalho é marcado por desafios significativos. Entre os principais problemas destacam-se as altas taxas de desemprego (O'Higgins, 2017), a precariedade dos empregos disponíveis (Fergusson e Yeates, 2021) e a inadequação entre as qualificações dos jovens e as exigências do mercado de trabalho (Furlong, 2006).

Como argumentam Oliveira et al. (2010), as mudanças estruturais nos sistemas produtivos, impulsionadas pela globalização e pela busca de competitividade, resultaram num mercado de trabalho com menores necessidades de recursos humanos. Há uma diferença significativa entre homens e mulheres jovens no mercado de trabalho. Em 2018, mais de 30% das jovens mulheres estavam na condição de NEET, comparado com os 13% dos congéneres masculinos (Gammarano, 2019). No contexto estrito português, e em termos de género, a categoria feminina apresenta maiores qualificações comparativamente aos homens (Parente et al., 2011). Estas disparidades sugerem que as mulheres enfrentam desafios adicionais no acesso ao mercado de trabalho, a educação de qualidade ou a programas de formação e capacitação vocacional (Casaca, 2023). Concomitantemente, as mulheres jovens são mais propensas a

participar em trabalhos não remunerados, como por exemplo trabalho voluntário ou estágios não remunerados (Carmo et al., 2024).

O modelo capitalista de economia competitiva está na origem dos problemas de integração dos jovens no mercado de trabalho (Therborn, 2006). Harvey (2018) salienta a forma como a economia afeta diretamente os jovens, destacando a elevada taxa de desemprego juvenil e a prevalência de empregos precários e mal remunerados como os principais fatores de marginalização. Por conseguinte, a intensa procura de qualificações e a concorrência desenfreada no mercado de trabalho impõem barreiras significativas aos jovens que não têm acesso a uma educação de qualidade, nem recursos para investir no seu desenvolvimento profissional.

Um sistema educativo disfuncional que seja incapaz de atender às necessidades dos jovens torna-se uma estrutura produtora de iniquidades sociais, mas também, numa visão prospetiva, de iniquidades económicas e políticas. Assim, as desigualdades no acesso à educação de qualidade perpetuam os ciclos de pobreza e de exclusão (Schutter et al., 2023). Jovens oriundos de famílias com baixos rendimentos (Parente et al., 2014), por exemplo, são particularmente afetados por barreiras adicionais que dificultam a sua progressão escolar e académica e, a jusante, a sua integração no mercado de trabalho.

De acordo com Bourdieu (2018), o conceito de capital social e cultural desempenha um papel relevante na determinação das oportunidades de emprego. Os jovens provenientes de meios socioeconómicos desfavorecidos carecem, frequentemente, de redes (capital social) ou qualificações e experiências culturalmente valorizadas (capital cultural) que facilitam a entrada no mercado de trabalho. Mulderrig (2024) demonstrou a forma como as políticas educativas desenvolvidas em Inglaterra reproduzem os conceitos e uma ideologia neoliberal, enfatizando a competitividade e a eficiência (negligenciando, muitas vezes, os desafios enfrentados por grupos marginalizados), e perpetuando desigualdades socioeconómicas de muitos jovens no acesso ao mercado de trabalho.

O sistema educativo em Portugal, apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, apresenta ainda fragilidades que afetam a integração dos jovens no mercado de trabalho. Os jovens em idade ativa possuem uma maior probabilidade de cair em situação de desemprego ou de vínculos precários que conferem pouca ou nenhuma estabilidade e acesso a direitos sociais e laborais (Nunn e Tepe-Belfrage, 2019). Estes particularismos acentuam as desigualdades intergeracionais e sociais, dificultando a capacidade dos jovens definirem os seus horizontes profissionais e pessoais (Langford, 2024). No contexto português, a escolaridade evidencia um efeito persistente de associação positiva entre a escolaridade e a empregabilidade, através de níveis de escolaridade

mais elevados, correlacionados com empregos mais estáveis e mais bem remunerados (Parente et al., 2011). Como tal, a escolaridade assume um papel diferenciador, crucial no mercado de trabalho juvenil em Portugal.

A mobilidade é uma necessidade imperativa para os jovens rurais devido a fatores estruturais, simbólicos e não-representacionais (Cuzzocrea, 2020; Cuervo, Maire e Wyn, 2024). No contexto português, as assimetrias regionais passam por uma área metropolitana de Lisboa, onde se verifica uma clara associação entre perfis de trabalhadores com escolarização intermédia e contratos instáveis, enquanto nas demais regiões tendem a caracterizar-se por níveis de escolaridade e qualificação mais baixos (Parente et al., 2011).

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO AOS IMPACTOS NEGATIVOS DA NÃO-INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Formby (2023) traça a história da marginalização dos jovens mostrando que não se trata de uma questão relativamente recente. Desde o pós-guerra que os jovens têm sido alvo de políticas que, embora muitas vezes bem-intencionadas, acabam por reforçar a sua exclusão (Blyth e Milner, 1996). A transição, nas últimas décadas, de um Estado social robusto para políticas de matriz neoliberal agravou a situação, reduzindo os apoios estatais e aumentando a precariedade das condições de vida dos jovens (Vieira, Pappámikail e Ferreira, 2018).

Os jovens enfrentam uma série de desafios específicos no mercado de trabalho, como a falta de experiência e a instabilidade do vínculo contratual, frequentemente mencionadas (Vieira, Ferreira e Rowland, 2015). Além disso, a situação de desvantagem familiar (Carrijo, Monsueto e Cardoso, 2019) e a prolongada dependência financeira face aos pais (Barbosa, 2023) atrasam a transição e dificultam a integração no mercado de trabalho.

A transição entre a escola e o mercado de trabalho é um aspeto crítico da inserção juvenil. Em Portugal, apesar da universalização do acesso à escola (Alves et al., 2017), não deixa de ser significativo o facto de existir um considerável número de desistências, sobretudo no ensino superior (Ferreira et al., 2017). De acordo com Rocha (2008), a transição entre a escola e o trabalho para indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos revela uma situação de vulnerabilidade. Isto impacta diretamente na capacidade de os jovens serem plenamente integrados no mercado de trabalho. Por exemplo, o número de jovens no Brasil que com 18 anos de idade conciliam os estudos com algum tipo de atividade económica é bastante considerável.

Hoskins (2017) e Alves et al. (2011) analisam a forma como as políticas de educação e emprego têm impacto nas transições dos jovens, com especial

destaque para a igualdade de acesso e as disparidades existentes em função de fatores socioeconómicos, de género, de etnia ou assimetrias regionais. Os jovens provenientes de estratos socioeconómicos mais baixos, como por exemplo as minorias étnicas e os que vivem em zonas geográficas desfavorecidas (Farrugia, 2013; Farrugia, 2015; Marzana et al., 2024), enfrentam frequentemente obstáculos significativos. Estas desigualdades são exacerbadas por fatores como a falta de recursos nas escolas, os preconceitos implícitos e explícitos no sistema educativo e no mercado de trabalho e a rede de apoio limitada de que estes jovens dispõem. Estas tendências levam-nos a argumentar por uma necessária abordagem holística que articule políticas educacionais com as de emprego, de forma a combater estas dinâmicas estruturais.

Hoskins (2017) critica várias políticas atuais por não responderem adequadamente às necessidades dos jovens mais vulneráveis. As políticas que promovem a escolha e a concorrência entre escolas (Foster, 2002; Phillippo, 2019), por exemplo, podem, inadvertidamente, aumentar as desigualdades. Do mesmo modo, os programas de formação profissional e de aprendizagem não chegam muitas vezes àqueles que mais precisam deles, devido a uma distribuição desigual dos recursos e das oportunidades (Ribeiro et al., 2024). Os autores sugerem que uma política mais equitativa seria uma política que proporcionasse apoio adicional aos jovens de meios desfavorecidos, incluindo orientação vocacional, orientação profissional e apoio financeiro.

O apoio psicossocial deve ser tido no conjunto de medidas públicas disponibilizadas pelos serviços de orientação profissional, de modo a possibilitar aos jovens a gestão da transição escola-trabalho e formas de lidar com a pressão e a frustração do desemprego (Ferreira, 2018; Valadas, 2021). A precarização do trabalho não afeta apenas a dimensão material da vida dos jovens, mas também o seu bem-estar psicológico (Ramos, 2018). A insegurança no emprego está associada a um aumento do individualismo, sofrimento e crises identitárias (Ferreira, 2019). As experiências de trabalho precário e a falta de perspetivas claras contribuem para a sensação de desamparo e de desvalorização pessoal e social, assim como para um consequente afastamento da esfera pública e política.

A percepção de injustiça no mercado de trabalho pode influenciar negativamente a confiança dos jovens nas instituições políticas (Hudson, 2006), criando um círculo vicioso onde a falta de oportunidades leva à desilusão com o sistema político, o que, por sua vez, pode afetar negativamente a mobilização política. O conceito de injustiça percebida (Lynch et al., 2021) passa por um processo de autoavaliação subjetiva da gravidade da perda relacionada com dor, culpa e sensação de injustiça. Tem múltiplas implicações, nomeadamente após acontecimentos trágicos de dimensão pessoal ou coletiva e está associada

a sentimentos de desrespeito e de desigualdade. Posto de outro modo, refere-se a situações em que não há justiça ou equidade subjetivamente percebida.

Moon e Travaglini (2024) investigam o modo como a representação de injustiça social e política afeta a confiança política através de dois caminhos emocionais: a raiva e o patriotismo. De acordo com os autores, a percepção de injustiça social e económica pode levar a uma diminuição da confiança nas instituições políticas. Ao promoverem um ambiente onde os jovens cidadãos se sintam respeitados e valorizados, as sociedades podem construir e sustentar a confiança política, contribuindo decisivamente para sociedades que sejam social e economicamente mais coesas.

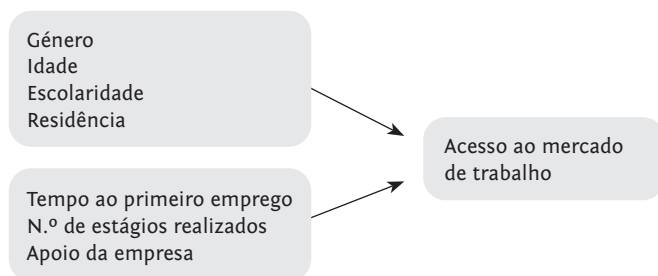
Em face da necessária abordagem multifacetada à integração dos jovens no mercado de trabalho, exigem-se abordagens interdisciplinares e políticas públicas robustas. Como advoga Rocha (2008), a educação e a formação profissional devem ser tidas como pilares essenciais para a melhoria da empregabilidade juvenil. Dada a complexidade e a multifacetada natureza das transições e da integração no mercado de trabalho, é fundamental investigar as formas como práticas de apoio e enquadramento por parte das empresas são percecionadas pelos próprios jovens; de que modo estas podem ser otimizadas para promover uma maior equidade na integração no mercado de trabalho? A pergunta de investigação proposta visa explorar a eficácia das práticas de enquadramento e apoio por parte das empresas em contextos reais de trabalho e como elas podem ser ajustadas para superar barreiras estruturais e desigualdades na transição para o mercado de trabalho. A hipótese de trabalho sugere que um enfoque abrangente e inclusivo nas práticas de estágio pode facilitar transições mais bem-sucedidas e equitativas para o mercado de trabalho dos jovens.

Se as empresas implementarem práticas eficazes de apoio e enquadramento para os jovens estagiários, é provável que estes percecionem menos obstáculos e desigualdades no acesso ao mercado de trabalho, em comparação com os jovens que não recebem tais práticas de apoio. Deste modo, coloca-se como hipótese que ambientes profissionais percebidos como mais favoráveis e bem estruturados podem influenciar positivamente a percepção dos jovens sobre os obstáculos e as desigualdades no mercado de trabalho. Esta hipótese é justificada pela possibilidade de práticas de apoio eficazes poderem aumentar a confiança dos jovens, melhorar as suas competências e prepará-los melhor para enfrentar os desafios do mercado de trabalho. Concomitantemente, práticas de enquadramento e apoio dos jovens durante o estágio podem facilitar a transição destes para empregos estáveis, promovendo assim uma maior equidade de oportunidades.

A pergunta de investigação e a hipótese de trabalho são fundamentadas na interseção entre teorias sociológicas, políticas públicas e também da psicologia

organizacional. A investigação proposta procurou explorar a forma como estas práticas influenciam as representações dos jovens sobre os obstáculos e as desigualdades existentes na integração no mercado de trabalho, facultando novos dados úteis para políticas de emprego juvenil e para estratégias empresariais de integração de jovens profissionais.

FIGURA 1
Modelo teórico



Fonte: Elaboração própria a partir do *Flash Eurobarometer 523 Integration of Young People into the Labour Market with Particular Focus on Traineeships* (2023-ZA7983).

MÉTODO

O objetivo geral da presente pesquisa passa por identificar os fatores socioprofissionais que contribuem para as representações sociais dos jovens relativamente ao acesso ao mercado de trabalho (Moscovici, 2001). As representações sociais são cruciais para compreender as perceções dos jovens portugueses sobre o mercado de trabalho. Trata-se de representações moldadas por fatores culturais e históricos que compõem o tecido social e político português. Este propósito implica a medição do papel preditivo dos fatores sociais no acesso ao mercado de trabalho. Deste modo, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão do modo como a experiência de integração no mercado de trabalho condiciona a forma como os jovens portugueses perspetivam o acesso ao mercado de trabalho.

Para a prossecução deste desígnio, estabeleceu-se uma estratégia metodológica que compreende a implementação de três modelos estatísticos distintos. Esta estratégia envolveu a implementação da Análise de Componentes Principais (ACP) (Carvalho, 2017), Regressão Linear Múltipla (Marôco, 2010) e uma Regressão de Moderação (Hayes, 2020). A opção por estes três modelos estatísticos pretende dar resposta aos desafios que se formam, estabelecendo, consecutivamente, as diferentes fases do processo de investigação. A primeira

pretende calcular a consistência interna e, consequentemente, construir indicadores compósitos através do recurso de ACP; a segunda procede à medição do impacto de cada uma das variáveis que integraram o modelo de análise. Uma vez que a variável em estudo (acesso ao mercado de trabalho) é quantitativa, implementou-se um modelo de Regressão Linear Múltipla (RLM); na terceira fase, implementou-se um modelo de regressão de moderação, considerando como variável independente o apoio da empresa, como moderadora a escolaridade e como variável dependente o acesso ao mercado de trabalho. Optou-se pelo indicador preditor (apoio da empresa) e pela moderadora (escolaridade) pelo facto de terem sido estes os que produziram maiores efeitos no modelo de RLM, com valores estatisticamente significativos.

Além disso, foram incluídas variáveis sociodemográficas como género, idade, escolaridade e residência, perante o levantamento teórico. A escolha recaiu sobre a edição *Flash Eurobarometer 523* subordinado ao tema *Integration of Young People into the Labour Market with Particular Focus on Traineeships* (2023-ZA7983). O trabalho de campo foi realizado em Portugal em março de 2023 (European Commission, Brussels, 2023).

PARTICIPANTES

O estudo contou com uma amostra de 1022 inquiridos portugueses. O Eurobarómetro é um inquérito promovido pela Comissão Europeia que visa auscultar a opinião pública europeia que, neste caso particular, compreendeu jovens com idades entre os 18 e os 35 anos, pertencentes aos 27 estados-membros da União Europeia sobre as condições de integração no mercado de trabalho. A amostra é não probabilística e por quotas. Os resultados foram obtidos através da prévia extração da amostra dos participantes portugueses. A realização do questionário consistiu na autoadministração, baseado na Web (CAWI) (European Commission, Brussels, 2023).

MEDIDAS E INDICADORES

A operacionalização passou pela mobilização de indicadores que permitam a medição, em primeira instância, das representações do nível de dificuldade de acesso ao mercado de trabalho pelos jovens portugueses. Por outro lado, considerou-se um outro conjunto de indicadores que, grosso modo, tinham como finalidade categorizar os participantes mediante as representações que têm da sua experiência de integração no mercado de trabalho. Mais propriamente, as representações dos participantes relativamente ao seu enquadramento nas empresas onde realizaram um estágio num total de quatro itens (cf. tabela 1).

Nesta linha, integra-se ainda o modelo analítico, a duração temporal até à obtenção do primeiro emprego, o que permite considerar a maior ou menor

rapidez com que incorporaram o mercado de trabalho a partir do momento em que tomaram essa decisão.

Ainda no âmbito da caraterização do processo de transição e integração dos jovens portugueses no mercado de trabalho, faz parte do modelo analítico o número de estágios realizados, como indicador da duração de uma fase transitória.

Finalmente, acerca das representações sobre os obstáculos de integração no mercado de trabalho, por parte dos participantes portugueses entre os 18 e os 35 anos, a variável em estudo foi inicialmente construída a partir de quatro itens iniciais (cf. tabela 2). Foram ainda incluídos no modelo de análise indicadores como o estatuto de variáveis de controlo, face à relevância demonstrada em alguns estudos anteriores supramencionados, tendo sido tratados no enquadramento teórico: o género, a idade, a escolaridade e a região de residência.

ACESSO AO MERCADO TRABALHO

As representações que os participantes fazem das dificuldades e obstáculos no acesso ao mercado de trabalho foram inicialmente medidas através de quatro itens: 1.º – os jovens com deficiências têm acesso às mesmas oportunidades de estágio do que os outros; 2.º – este estágio foi-lhe ou ser-lhe-á útil para encontrar um emprego regular; 3.º – os jovens com antecedentes de migração têm acesso às mesmas oportunidades de estágio do que os outros; 4.º – os jovens com antecedentes socioeconómicos desfavorecidos têm acesso às mesmas oportunidades. Procedeu-se à realização de uma ACP de forma a medir a consistência interna, como se pode verificar pela observação da tabela 1.

TABELA 1
Loadings das variáveis na dimensão retida na ACP

	Componente
	1
1.º Os jovens com deficiências têm acesso às mesmas oportunidades de estágio do que os outros;	,839
2.º Este estágio foi ou ser-lhe-á útil para encontrar um emprego regular;	,760
3.º Os jovens com antecedentes de migração têm acesso às mesmas oportunidades de estágio do que os outros;	,797
4.º Os jovens com antecedentes socioeconómicos desfavorecidos têm acesso às mesmas oportunidades.	817

Método de extração: análise dos componentes principais.
Método de rotação: Varimax com Normalização Kaiser.
Fonte: Elaboração própria a partir do *Flash Eurobarometer 523 Integration of Young People into the Labour Market with Particular Focus on Traineeships* (2023-ZA7983)

Da realização da ACP com rotação Varimax – com uma adequabilidade boa da matriz de input ($KMO = ,800$, Bartlett Test $\chi^2_{(6)} = 934,612$, com $p < ,001$) – foi extraída uma componente que combina os diferentes aspetos avaliados pelos participantes e que explica cerca de 65% da variância global.

A partir destes resultados foi construído um indicador composto, com consistência interna confirmada (Alfa de Cronbach ,82) e que traduz a média das respostas dos inquiridos aos quatro itens considerados, e que designámos por “acesso ao mercado de trabalho”. O acesso ao mercado de trabalho foi medido numa escala entre 1 (discordo totalmente) a 4 (concordo totalmente). Deste modo, os valores mais baixos traduzem-se com maior desigualdade percebida em termos de acesso ao mercado e valores mais altos traduzem representações de maior igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho.

APOIO DAS EMPRESAS

As representações que os jovens portugueses fizeram do seu enquadramento nas empresas foram medidas em quatro itens operacionais: 1.º – durante este estágio, aprendeu coisas que têm utilidade profissional; 2.º – este estágio foi ou ser-lhe-á útil para encontrar um emprego regular; 3.º – à exceção do seu salário, as suas condições de trabalho eram equivalentes às dos funcionários regulares (no que diz respeito ao equipamento, horário de expediente, carga de trabalho, tratamento, etc.); 4.º – durante este estágio, podia recorrer a um mentor que o(a) ajudava e lhe explicava como realizar o trabalho.

TABELA 2
Loadings das variáveis na dimensão retida na ACP

	Componente
	1
1.º Durante este estágio, aprendeu coisas que têm utilidade profissional;	,737
2.º Este estágio foi ou ser-lhe-á útil para encontrar um emprego regular;	,767
3.º À exceção do seu salário, as suas condições de trabalho eram equivalentes às dos funcionários regulares (no que diz respeito ao equipamento, horário de expediente, carga de trabalho, tratamento, etc.);	,623
4.º Durante este estágio, podia recorrer a um mentor que o(a) ajudava e lhe explicava como fazer o trabalho.	,707

Método de extração: análise dos componentes principais.
Método de rotação: Varimax com Normalização Kaiser.
Fonte: Elaboração própria a partir do *Flash Eurobarometer 523 Integration of Young People into the Labour Market with Particular Focus on Traineeships* (2023-ZA7983)

Da realização da ACP com rotação Varimax – com uma adequabilidade média da matriz de *input* ($KMO = ,653$, Bartlett Test $\chi^2_{(6)} = 459,069$, com $p < ,001$) – foi apenas extraída uma única componente que combina os diferentes aspetos avaliados pelos indivíduos, e que explica cerca de 51% da variância global.

A realização prévia de uma ACP visou tentar compreender se existia alguma consistência interna entre os quatro itens. Deste modo, os dados permitiram demonstrar que os quatro itens medem apenas uma dimensão e com isso construir uma variável compósita que resulte da agregação dos referidos itens. Esta nova variável compósita, com consistência interna (Alfa de Cronbach ,67), traduz a média das respostas dos inquiridos aos quatro itens considerados e que designámos por “apoio da empresa”, que foi medido numa escala de 1 (discordo totalmente) a 4 (concordo totalmente).

TEMPO ATÉ AO PRIMEIRO EMPREGO

O hiato temporal entre o início da primeira experiência de trabalho e a sua efetiva concretização foi medido através da implementação de uma escala de 0 (Não tem qualquer experiência de trabalho) a 4 (Mais de um ano).

NÚMERO DE ESTÁGIOS REALIZADOS

O número de estágios realizados por cada participante foi medido através de uma escala de 0 (nenhum) a 3 (três ou mais).

VARIÁVEIS DE CONTROLO

A inclusão de variáveis de controlo como o género, a idade e a escolaridade num estudo sobre o acesso dos jovens ao mercado de trabalho é essencial para garantir a exatidão e a validade das conclusões. Teoricamente, estas variáveis desempenham um papel crucial no processo de integração laboral, uma vez que influenciam significativamente as oportunidades e a efetiva integração no mercado de trabalho. O género pode afetar o acesso a determinados tipos de emprego e níveis salariais devido a uma possível discriminação ou a preferências do empregador. Determinados estudos revelam que mulheres e homens enfrentam, frequentemente, diferentes barreiras e oportunidades no mercado de trabalho, refletindo desigualdades estruturais e culturais (Altonji e Blank, 1999). A idade, por sua vez, encontra-se associada à experiência profissional, fator este que poderá ter um impacto na empregabilidade e nas expectativas salariais. Como advoga Becker (2009), a acumulação de capital humano ao longo da vida afeta diretamente a produtividade e, consequentemente, as oportunidades de emprego. A escolaridade, considerada um indicador relevante, está geralmente correlacionada de forma positiva com a probabilidade

e a qualidade das oportunidades de emprego disponíveis. Elevados níveis de escolaridade estão frequentemente associados a competências superiores e a uma maior adaptabilidade no mercado de trabalho (Schultz, 1971).

Ajustar a análise estatística a estas variáveis de controlo permite isolar o efeito específico das variáveis de interesse primário (por exemplo, apoio prestado pelas empresas) no acesso ao mercado de trabalho. Sem o controlo destas variáveis, os resultados poderiam ser enviesados, atribuindo efeitos a fatores externos e não às variáveis analisadas. Em termos metodológicos, a inclusão destas variáveis contribui para uma estimativa do efeito mais robusta e precisa, reduzindo o erro e aumentando a fiabilidade dos resultados (Cohen, 2024). Assim, a utilização de variáveis de controlo como o género, a idade e a escolaridade compreende uma prática essencial nos estudos empíricos que visam uma compreensão de um processo multivariado e multidimensional, como é o caso do acesso dos jovens ao mercado de trabalho.

RESULTADOS

Entre os participantes, cerca de 56% são mulheres, com uma idade média de aproximadamente 27 anos ($DP = 5,05$). A escolaridade média situa-se nos 4,75 anos ($DP = 1,47$) e a residência tem um registo médio de 2,13 ($DP = ,74$). No que diz respeito aos indicadores que operacionalizam o contacto com o mercado de trabalho, o tempo até ao primeiro emprego encontra-se nos 1,80 ($DP = 1,03$), ao passo que o número médio de estágios realizados se situa nos 1,30 ($DP = 1,00$). O apoio da empresa tem um valor médio de 3,23 ($DP = ,60$) e, finalmente, o acesso ao mercado de trabalho tem um registo médio de 2,56 ($DP = ,08$).

O modelo linear é estatisticamente significativo [$F(7, 290) = 3,713$, $p < ,000$], ou seja, ajuda a prever o nível de acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens (cf. tabela 4) e explica cerca de 6% da variância do acesso ao mercado de trabalho ($R^2_{ajustado} = ,06$).

Na tabela 4 é possível observar, particularmente na coluna Beta, a dimensão do efeito de cada um dos indicadores preditores no acesso ao mercado de trabalho. Entre os sete indicadores que compõem o modelo, dois apresentam efeitos estatisticamente significativos, como no caso do apoio da empresa e da escolaridade. Todos os demais indicadores revelam-se pouco explicativos na predição das representações perante o acesso ao mercado de trabalho dos jovens portugueses. Procedeu-se ainda ao cálculo das correlações semiparciais (Part), que são apresentadas na segunda coluna da tabela 4, convertidos em percentagem. O coeficiente de correlação semiparcial (R^2 parcial) é a correlação entre uma variável explicativa e uma variável dependente, controlando os efeitos preditivos de todas as outras variáveis explicativas sobre o acesso ao

TABELA 3
Estatística descritiva, fiabilidade e correlações entre as variáveis do estudo

Variáveis	Média	DP	1	2	3	4	5	6	7	8
Género ⁽¹⁾	1,56									
Idade ⁽²⁾	26,83	5,07	-,08*							
Escolaridade ⁽³⁾	4,75	1,47	,08	,21**						
Residência ⁽⁴⁾	2,13	,74	-,05	,02	,08					
Tempo ao primeiro emprego ⁽⁵⁾	1,80	1,03	,05	,18**	,12*	-,05				
N.º de estágios realizados ⁽⁶⁾	1,30	1,00	-,04	,05	,22**	,00	,16**			
Apoio da empresa ⁽⁷⁾	3,23	,60	,05	-,08*	,01	,00	-,09*	,04	(,67)	
Acesso ao mercado de trabalho ⁽⁸⁾	2,56	,08	-,08*	-,10**	-,07	-,05	,03	,18**	,31**	(,82)

N = 1022. Fiabilidade reportada entre parêntesis.
(1) Sexo: 1 – homem, 2 – mulher. // (2) Escala 18-35 anos. // (3) Escala 1-6. // (4) Escala 1-3. // (5) Escala 0-4.
(6) Escala 0-3. // (7) Escala 1-4. 1.º Durante este estágio, aprendeu coisas que têm utilidade profissional; 2.º Este estágio foi ou ser-lhe-á útil para encontrar um emprego regular; 3.º À exceção do seu salário, as suas condições de trabalho eram equivalentes às dos funcionários regulares (no que diz respeito ao equipamento, horário de expediente, carga de trabalho, tratamento, etc.); 4.º Durante este estágio, podia recorrer a um mentor que o(a) ajudava e lhe explicava como fazer o trabalho. // (8) Escala 1-4. 1.º Os jovens com deficiências têm acesso às mesmas oportunidades de estágio do que os outros; 2.º Ao fazerem um estágio, os jovens com deficiências recebem equipamento de escritório adaptado e os ajustes razoáveis necessários para desempenharem a sua tarefa; 3.º Os jovens com antecedentes de migração têm acesso às mesmas oportunidades de estágio do que os outros; 4.º Os jovens com antecedentes socioeconómicos desfavorecidos têm acesso às mesmas oportunidades.
* $p < ,05$ ** $p < ,01$
Fonte: Elaboração própria a partir do *Flash Eurobarometer 523 Integration of Young People into the Labour Market with Particular Focus on Traineeships* (2023-ZA7983).

TABELA 4
Acesso ao mercado de trabalho por jovens portugueses 18-35 anos (regressão múltipla)

	Beta	R² Part %
Género	,023	,06
Idade	-,039	,15
Escolaridade	-,110*	1,23
Residência	-,109	,66
Tempo ao primeiro emprego	-,102	,92
N.º de estágios	,045	,24
Apoio da empresa	,196**	3,65
R² ajustado	,06**	
F (7,290)	3,713**	

N = 1022
* $p < ,05$ ** $p < ,001$
Fonte: Elaboração própria a partir do *Flash Eurobarometer 523 (Integration of Young People into the Labour Market with Particular Focus on Traineeships)* (2023-ZA7983)

mercado de trabalho. Com efeito, verifica-se que o apoio da empresa explica 3,65% da variância do acesso ao mercado de trabalho, sendo que a escolaridade se cifra em 1,23%. A partir do valor dos coeficientes de determinação semiparciais (R^2_{part}), poder-se-á medir qual o contributo individual de cada um dos indicadores preditores para o R^2 , ou seja, verifica-se uma medida da dimensão do efeito de cada preditor sobre a acesso ao mercado de trabalho.

Em face dos resultados obtidos na regressão linear, identificaram-se dois indicadores que, tanto pela dimensão como pela significância estatística, têm um papel crucial nas representações sociais dos jovens portugueses no acesso ao mercado de trabalho. Deste modo, procedeu-se à realização de um modelo de moderação (cf. tabela 5).

O apoio da empresa está positivamente relacionado com representações de acesso ao mercado de trabalho e o efeito é significativo ($B = ,28$, $t = 4,21$, $p < ,001$). O efeito de interação entre o apoio da empresa e a escolaridade não afeta significativamente o acesso ao mercado de trabalho ($B = -,05$, $t = -1,00$, $p = ,32$).

A relação entre apoio da empresa e acesso ao mercado de trabalho é positiva e estatisticamente significativa. Também o efeito da escolaridade no acesso ao mercado de trabalho é estatisticamente significativo, embora negativo. Contudo, a interação da moderadora (escolaridade) não é estatisticamente significativa, isto é, a escolaridade não modera a relação entre a perceção de apoio da empresa e as representações de acesso ao mercado de trabalho entre jovens em Portugal.

Em síntese, conclui-se que baixos níveis percecionados de equidade no acesso ao mercado de trabalho estão associados a baixos níveis de apoio das empresas percebido pelos jovens portugueses. Verificou-se igualmente que entre o grupo de jovens portugueses participantes no estudo com baixos níveis

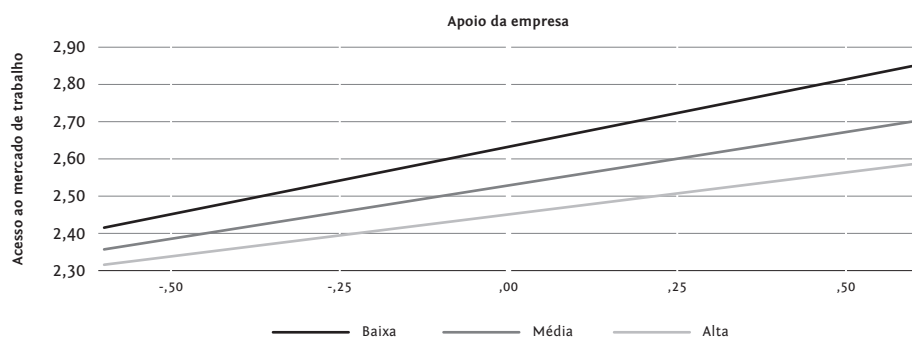
TABELA 5
Resultados de regressão para a moderação

	Outcome: acesso ao mercado de trabalho				R^2
	Coef.	Erro-padrão	t	P	
Apoio da empresa	,28	,07	4,21	,00	,07
Escolaridade	-,08	,03	-2,66	,01	
Apoio da empresa x escolaridade	-,05	,05	-1,00	,32	

N = 306. Estão reportados os coeficientes não estandardizados.
Fonte: Elaboração própria a partir do *Flash Eurobarometer 523 Integration of Young People into the Labour Market with Particular Focus on Traineeships* (2023-ZA7983).

FIGURA 1

Efeito moderador da escolaridade entre apoio da empresa e acesso ao mercado de trabalho



Fonte: Elaboração própria a partir do *Flash Eurobarometer 523 Integration of Young People into the Labour Market with Particular Focus on Traineeships* (2023-ZA7983).

de escolaridade, em média, estes têm representações de maior democraticidade no acesso ao mercado de trabalho, comparativamente àqueles com níveis mais elevados de escolaridade, ainda que estas tendências não sejam estatisticamente significativas. Por outras palavras, o apoio das empresas tem um maior efeito entre a categoria de jovens portugueses com menores recursos educacionais comparativamente aos demais, nomeadamente entre aqueles que têm valores médios e elevados de escolaridade.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O presente artigo, que analisa a integração dos jovens no mercado de trabalho português, revela um cenário multidimensional no qual diversos fatores estruturais, socioeconómicos e individuais desempenham um papel crucial. Esta secção visa sintetizar as principais ideias a reter, estabelecendo conexões com a literatura existente, e sugerir implicações práticas de carácter social e político, assim como sugerir futuras direções de investigação.

Os jovens enfrentam um conjunto de desafios específicos ao entrarem no mercado de trabalho, particularmente no contexto português. De acordo com Vieira et al. (2018), as políticas juvenis em Portugal possuem vários desenhos, especialmente no que diz respeito à medida Garantia Jovem, o que sublinha a necessidade de uma reformulação para que esta se adapte melhor às necessidades dos jovens. A análise exposta neste artigo reforça a ideia de que práticas de apoio e enquadramento por parte das empresas são essenciais para mitigar estes desafios.

Os resultados do estudo sugeriram que o apoio e o enquadramento da empresa tiveram um impacto significativo no acesso ao mercado de trabalho, sobretudo para jovens com níveis de escolaridade mais baixos. Esta conclusão corrobora a teoria de Moscovici (2001) sobre as representações sociais e sugere que as representações dos indivíduos são moldadas pelas suas experiências e por contextos sociais e políticos concretos.

A escolaridade emergiu como um fator importante na predição das representações sobre o acesso ao mercado de trabalho. A análise de regressão mostrou que, embora a escolaridade por si só tenha tido um efeito negativo no acesso ao mercado de trabalho, ela não moderou significativamente a relação entre o apoio da empresa e as representações de acesso ao mercado de trabalho. Este resultado revela que os jovens com níveis mais baixos de escolaridade beneficiaram de um maior apoio por parte das empresas em comparação com aqueles que têm um nível educacional mais elevado. Ou, em alternativa, tudo passa pela gestão de expectativas, isto é, níveis de escolaridade mais elevados implicam níveis de exigência maiores no que diz respeito ao papel de apoio das empresas, comparativamente àqueles com níveis de escolaridade mais baixos.

As políticas de enquadramento e apoio aos jovens na transição para o mercado de trabalho desempenham um papel crucial. A pesquisa de Parente et al. (2014) destacou que os jovens com níveis de escolaridade mais baixos enfrentaram maiores dificuldades em termos de inserção profissional, reforçando a necessidade de políticas que proporcionem um apoio específico a este grupo. Este estudo corroborou essa visão, sugerindo que práticas de estágio bem estruturadas e apoio contínuo são essenciais para facilitar a integração dos jovens no mercado de trabalho.

Para além da escolaridade, outras variáveis sociodemográficas, como o género e a residência, foram também consideradas na análise. A literatura indica que as mulheres e os jovens de áreas rurais enfrentam barreiras adicionais no acesso ao mercado de trabalho (Casaca, 2023; Valadas, 2021). A evidência empírica produzida por este estudo sugere que o apoio da empresa poderia compreender uma ferramenta eficaz para a superação de algumas dessas barreiras, embora fossem necessárias políticas mais abrangentes para abordar, de forma eficaz, as desigualdades de género e a região de residência.

As implicações da presente pesquisa para as políticas públicas foram bastante claras. Os formuladores de políticas deveriam focar-se na remoção de barreiras e obstáculos estruturais que afetem os jovens com diferentes níveis de escolaridade e oriundos de diversas origens socioeconómicas e geográficas (Ribeiro et al., 2025; Ribeiro, Roque e Sousa, 2025). Políticas que promovam o desenvolvimento de competências, juntamente com um suporte contínuo

durante e após os estágios, poderiam contribuir significativamente para uma integração mais equitativa dos jovens no mercado de trabalho.

Do ponto de vista das empresas, seria desejável o desenvolvimento de práticas de apoio que considerassem as necessidades específicas dos jovens estágiários. Isto incluiria a orientação, a formação profissional e um ambiente de trabalho inclusivo que potenciase a confiança e o desenvolvimento profissional dos jovens. A implementação destas medidas práticas não apenas beneficiaria os jovens, enquanto grande categoria social vulnerável, mas poderia também trazer vantagens competitivas para as empresas, ao fomentar uma força de trabalho qualificada e motivada.

A presente pesquisa pretendeu abrir caminho para investigações futuras. Prioritariamente, seria útil explorar de modo mais aprofundado as experiências de diferentes subcategorias de jovens, como minorias étnicas ou jovens com deficiência, para entender a forma como as políticas de apoio e enquadramento poderiam ser adaptadas para atender as suas necessidades específicas. Concomitantemente, estudos longitudinais que acompanhem os jovens ao longo das suas carreiras e trajetórias profissionais poderiam facultar dados sobre os efeitos de longo prazo das práticas de apoio das empresas durante os estágios. Em terceiro lugar, talvez fosse promissora a análise comparativa entre diferentes países ou regiões, o que permitiria revelar práticas eficazes que poderiam ser adaptadas ao contexto português. Estudos sobre o impacto da digitalização e das novas formas de trabalho, como o teletrabalho, podem também revelar-se pertinentes, dada a rápida evolução do mercado de trabalho global.

À laia de conclusão, a presente reflexão destacou a importância das práticas de apoio e enquadramento por parte das empresas na transição dos jovens para o mercado de trabalho. A escolaridade emergiu como um fator crucial, com jovens menos escolarizados a beneficiarem mais do apoio da empresa, refletindo-se isso mesmo nas representações do acesso ao mercado de trabalho. Políticas públicas e empresariais deviam concentrar-se em remover obstáculos e condicionantes estruturais e em oferecer suporte contínuo para garantir uma integração equitativa e eficaz dos jovens no mercado de trabalho. A integração bem-sucedida dos jovens no mercado de trabalho deve ser entendida como prioritária para o desenvolvimento económico e social de Portugal, sendo que são necessários esforços contínuos para garantir que todos os jovens tenham oportunidades justas e equitativas de sucesso profissional.

BIBLIOGRAFIA

- ALTONJI, J. G., BLANK, R. M. (1999), "Race and gender in the labor market". In O. Ashenfelter, D. Card (eds.), *Handbook of Labor Economics*, vol. 3, Amesterdão, Elsevier, pp. 3143-3259.
- ALVES, N., CANTANTE, F., BAPTISTA, I., CARMO, R. M. (2011), *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, Quotidiano e Futuro*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- ALVES, N., VIEIRA, M. M., NUNES DE ALMEIDA, A., ANDRÉ, I. M. (2017), "Estudantes do 1.º ano da Universidade de Lisboa. Perfis sociais e trajetórias académicas". In *Educação Superior e os Desafios no Novo Século: Contextos e Diálogos Brasil-Portugal*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, pp. 203-257.
- BARBOSA, M. de. (2023). *Relações entre Competências e Habilidades Socioemocionais, Adaptabilidade de Carreira e Empregabilidade em Estagiários do Ensino Superior*. Dissertação de mestrado, Ribeirão Preto, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/d.59.2023.tde-17072023-141759>.
- BARRY, M. (2005), *Youth Policy and Social Inclusion: Critical Debates with Young People*, Londres, Routledge.
- BECKER, G. S. (2009), *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*, Chicago, CO, University of Chicago Press.
- BLYTH, E., MILNER, J. (1996), *Exclusion from School: Multi-professional Approaches to Policy and Practice*, Londres, Routledge.
- BOURDIEU, P. (2018), "The forms of capital", *The Sociology of Economic Life*, Londres, Routledge, pp. 78-92. <https://doi.org/10.4324/9780429494338-6>.
- CARMO, R. M., SULEMAN, F., TAVARES, I., BARRADAS, R., ASSIS, R. V. (2024), *Jovens e o Trabalho em Portugal. Desigualdades, (Des)Proteção e Futuro*, Coimbra, Actual Editora.
- CARRIJO, B. C., MONSUETO, S. E., CARDOSO, L. B. (2019), "The first job and occupational trajectories: young workers in Brazil between 2002 and 2016". *International Review of Applied Economics*, 34 (2), pp. 235-251. <https://doi.org/10.1080/02692171.2019.1707784>.
- CARVALHO, H. (2017), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilização da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- CASACA, S. F. (2023), "A contribuição da Sociologia Económica e das Organizações para a compreensão das desigualdades remuneratórias entre homens e mulheres". *Análise Social*, 58 (249), pp. 824-845. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023249.10>.
- COHEN, D. A., FARLEY, T. A., MASON, K. (2003), "Why is poverty unhealthy? Social and physical mediators". *Social Science & Medicine*, 57 (9), pp. 1631-1641.
- COHEN, J. (2022), *Applied Multiple Regression*, Londres, Routledge.
- CUERVO, H., MAIRE, Q., WYN, J. (2024), "Dynamics of belonging amid geographical immobility: a longitudinal analysis of youth trajectories in rural Australia". *Journal of Youth Studies*, 27 (9), pp. 1274-1290.
- CUZZOCREA, V. (2020), "A place for mobility in metaphors of youth transitions". *Journal of Youth Studies*, 23 (1), pp. 61-75.
- DHILLON, Z., CASSIDY, N. (2018), "Labour market outcomes for younger people". *Bulletin Reserve Bank of Australia*. <https://www.rba.gov.au/publications/bulletin/2018/jun/labour-market-outcomes-for-younger-people.html>.
- DURKHEIM, E. (1984), *Division of Labour in Society*, Londres, Macmillan Publishers.

- EUROPEAN COMMISSION (2023), Flash Eurobarometer 523 (Integration of Young People into the Labour Market with Particular Focus on Traineeships), Colónia, GESIS. <https://doi.org/10.4232/1.14161>.
- FARRUGIA, D. (2013), "Towards a spatialised youth sociology: the rural and the urban in times of change". *Journal of Youth Studies*, 17 (3), pp. 293-307. <https://doi.org/10.1080/13676261.2013.830700>.
- FARRUGIA, D. (2015), "The mobility imperative for rural youth: the structural, symbolic and non-representational dimensions rural youth mobilities". *Journal of Youth Studies*, 19 (6), pp. 836-851. <https://doi.org/10.1080/13676261.2015.1112886>.
- FERGUSSON, R., YEATES, N. (2021), "Global economic restructuring and youth labour markets". In R. Fergusson, N. Yeates (ed.), *Global Youth Unemployment*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781789900422.00012>.
- FERREIRA, V.S. (2018), "Youth and generations in times of crisis: Portugal in the global situation". In M. C. Lobo, F. C. da Silva e J. P. Zúquete (eds.), *Changing Societies: Legacies and Challenges*, vol. II. *Citizenship in Crisis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 135-160. <https://doi.org/10.31447/ics9789726715047.06>.
- FERREIRA, V. S. (2019), "Jovens e gerações em tempos de crise: entre Portugal e o contexto global". In V. Colaço, I. Germano, L. Miranda, J. P. Barros (org.), *Juventudes em Movimento: Experiências, Redes e Afetos*, Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, pp. 34-68.
- FERREIRA, V.S., LOBO, M. C., ROWLAND, J., SANCHES, E. R. (2017), *Geração Milénio?: Um Retrato Social e Político*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- FORMBY, A. (2023), "An injustice of youth: the social harm and marginalisation of young people in the UK". In S. Prideaux, M. Sheikh, A. Fomby (eds), *Crime, Criminality and Injustice*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 173-184.
- FOSTER, S. S. (2002), "School choice and social injustice: a response to Harry Brighouse". *Journal of Philosophy of Education*, 36 (2), pp. 291-308. <https://doi.org/10.1111/1467-9752.00275>.
- FURLONG, A. (2006), "Not a very NEET solution". *Work, Employment and Society*, 20 (3), pp. 553-569. <https://doi.org/10.1177/0950017006067001>.
- GAMMARANO, R. (2019), *Labour Market Access. A Persistent Challenge for Youth Around the World. A Study Based on ILO's Global Estimates for Youth Labour Market Indicators*, Geneva, International Labour Organization, Department of Statistics. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_676196.Pdf.
- HARVEY, D. (2018), *A Companion to Marx's Capital*, Londres, Verso.
- HAYES, A. F. (2020), *Statistical Methods for Communication Science*, Londres, Routledge.
- HOSKINS, K. (2017), *Youth Identities, Education and Employment: Exploring Post-16 and Post-18 Opportunities, Access and Policy*, Cham, Springer.
- HUDSON, J. (2006), "Institutional trust and subjective well-being across the EU". *Kyklos*, 59 (1), pp. 43-62. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6435.2006.00319.x>.
- HULME, R., HULME, M. (2005), "New Labour's education policy: innovation or reinvention?". *Social Policy Review*, 17, pp. 33-50. <https://doi.org/10.56687/9781847421302-004>.
- LANGFORD, B. (2024), *Intergenerational Conflict and Authentic Youth Experience: Adults Denigrating Young People*, Londres, Routledge.
- LYNCH, J., FOX, S., D'ALTON, P., GAYNOR, K. (2021), "A systematic review and meta-analysis of the association between perceived injustice and depression". *The Journal of Pain*, 22 (6), pp. 643-654.
- MARÔCO, J. (2010), *Análise Estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)*, Pero Pinheiro, ReportNumber.

- MARQUES, A. P. (2020), “Na fronteira do mercado de emprego: jovens, trabalho e cidadania”. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18 (supl. 1). <https://doi.org/10.1590/1981-7746-soloo249>.
- MARZANA, D., ELLENA, A. M., MARTINEZ-DAMIA, S., RIBEIRO, A. S., ROQUE, I., SOUSA, J. C., AGAHI, O., PELL DEMPERE, M. I., PRIETO-FLORES, Ò. (2024), “Public employment services and strategic action towards rural neets in Mediterranean Europe”. *Social Sciences*, 13 (1), 7. <https://doi.org/10.3390/socsci13010007>.
- MOON, C., TRAVAGLINO, G. A. (2025), “The association between perceived injustice and political trust: Testing a dual-pathway model through anger and patriotism across four countries”. *Political Psychology*, 46, pp. 345-364. <https://doi.org/10.1111/pops.13005>.
- MORAIS, R., SOUSA, J. C. (2013), “Das fontes jornalísticas à promoção das desigualdades sociais”. *Observatório (OBS*)*, 7 (1). <https://doi.org/10.15847/obsobs712013518>.
- MOSCOVICI, S. (2001), *Social Representations: Explorations in Social Psychology*, Nova Iorque, New York University Press.
- MULDERRIG, J. (2024), “Critical policy discourse analysis in higher education”, *Oxford Research Encyclopedia of Education*, Nova Iorque, Oxford Academic. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264093.013.1702>.
- NUNN, A., TEPE-BELFRAGE, D. (2019), “Social reproduction strategies: understanding compound inequality in the intergenerational transfer of capital, assets and resources”. *Capital & Class*, 43 (4), pp. 617-635. <https://doi.org/10.1177/0309816819880795>.
- O’HIGGINS, N. (2017), *Youth Unemployment and Employment Policy a Global Perspective*, Geneva, International Labour Organization.
- OLIVEIRA, D. C. D., FISCHER, F. M., TEIXEIRA, M. C. T. V., SÁ, C. P. D., GOMES, A. M. T. (2010), “Representações sociais do trabalho: uma análise comparativa entre jovens trabalhadores e não trabalhadores”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15, pp. 763-773.
- OXENBRIDGE, S., EVESON, J. (2012), “Young people entering work: a review of the research”. *Acas Research Paper*, 18, 12.
- PARENTE, C., RAMOS, M., MARCOS, V., CRUZ, S. A., NETO, H. V. (2011), “Efeitos da escolaridade nos padrões de inserção profissional juvenil em Portugal”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 65, pp. 69-93.
- PARENTE, C., VELOSO NETO, H., RAMOS, M., CRUZ, S. A., MARCOS, V. (2014), “Os jovens pouco escolarizados no mercado de trabalho português”. *Análise Social*, 49 (210), pp. 74-102. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2014210.04>.
- PHILLIPPO, K. (2019), *A Contest Without Winners: How Students Experience Competitive School Choice*, Mineápolis, University of Minnesota Press.
- RAMOS, V. (2018), “Transitions to adulthood and generational change in Portugal”. *Societies*, 8 (2), 21. <https://doi.org/10.3390/soc8020021>.
- REIS, B. C., SOUSA, J. C. (2017), “a invisibilidade do desemprego (juvenil) no discurso mediático da imprensa portuguesa”. *Observatório (OBS*)*, 11 (1). <https://doi.org/10.15847/obsobs1102017989>.
- RIBEIRO, A. S., BETTENCOURT, L., ROQUE, I., SOUSA, J. C. (2025), “Skilled transitions: digital training programmes as active labour market strategies in rural Portugal”. *Social Inclusion*, 13, Article 10129. <https://doi.org/10.17645/si.10129>.
- RIBEIRO, A. S., ROQUE, I., SOUSA, J. C. (2025), “Activating aspirations: fostering creative and soft skills for rural NEETS in Central Portugal”. *Journal of Human Development and Capabilities*, 26 (2), pp. 210-227. <https://doi.org/10.1080/19452829.2025.2465245>.
- ROCHA, S. (2008), “A inserção dos jovens no mercado de trabalho”. *Caderno CRH*, 21, pp. 533-550.

- SCHTTER, O. de, FRAZER, H., GUIO, A.-C., MARLIER, E. (2023), *The Escape from Poverty: Breaking the Vicious Cycles Perpetuating Disadvantage*, Bristol, Policy Press.
- SCHULTZ, T. W. (1971), *Investment in Human Capital: The Role of Education and of Research*, Nova Iorque, Free Press.
- THERBORN, G. (2006), *Inequalities of the World*, Londres, Verso.
- VALADAS, C. (2021), “Empregos líquidos e trabalhadores precários: o estado social sob pressão”. *Análise Social*, 56 (240), pp. 418-440. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2021240.01>.
- VIEIRA, M. M., FERREIRA, V. S., ROWLAND, J. (2015), “Retrato da juventude em Portugal: traços e tendências nos censos de 2001 e 2011”. *Revista de Estudos Demográficos*, 54, pp. 5-25.
- VIEIRA, M. M., PAPPÁMIKAIL, L., FERREIRA, T. (2018), “Jóvenes y políticas juveniles: algunos desencuentros. El caso del programa Garantía Juvenil en Portugal”. *Metamorfosis – Revista del Centro Reina Sofía sobre Adolescencia y Juventud*, 9, pp. 67-88.
- WALTHER, A. (2006), “Regimes of youth transitions”. *Young*, 14 (2), pp. 119-139. <https://doi.org/10.1177/1103308806062737>.

Recebido a 02-08-2024. Aprovado para publicação a 03-12-2025.

SOUSA, J. C., RIBEIRO, A. S., ROQUE, I. (2026), “Entre escolaridade e apoio empresarial: representações do acesso ao mercado de trabalho dos jovens portugueses”. *Análise Social*, 259, LXI (2.º), e36927. <https://doi.org/10.31447/36927>.

João Carlos Sousa » joao.carlos.sousa@iscte-iul.pt » Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior Agrária de Santarém » Quinta do Galinheiro, S. Pedro — 2001-904 Santarém, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-7374-0152>.

Ana Sofia Ribeiro » assantos@fcsh.unl.pt » EDUNOVA.ISPA/FCSH, Universidade Nova de Lisboa » Colégio Almada Negreiros, Campus de Campolide — 1099-085 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-6648-611X>.

Isabel Roque » isabelmbroque@gmail.com » Centro Estudos Sociais, Universidade de Coimbra » Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087 — 3000-995 Coimbra, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-8581-5177>.
